



# Assessoria, assistência técnica e autogestão: análise da sustentabilidade urbana dos projetos Dorothy Stang (Brasília) e Condomínio das Mangueiras (Salvador)

*Technical Assistance and self-management: urban sustainability analysis of projects Dorothy Stang (Brasília) and Condomínio das Mangueiras (Salvador)*

*Assessoria, asistencia técnica y autogestión: análisis de la sostenibilidad urbana de los proyectos Dorothy Stang (Brasília) y Condomínio das Mangueiras (Salvador)*

Recebido em 30/10/2020 Aceito em 29/03/2021

RAYNAL, Camila Pithon<sup>1</sup>  
ANDRADE, Liza Maria Souza de<sup>2</sup>  
ROCHA, Heliana Faria Mettig<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura,  
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Salvador, Bahia, Brasil.  
raynalcamila@gmail.com  
ORCID: 0000-0003-3580-9611

<sup>2</sup> Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de  
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Brasília, DF, Brasil.  
lizamsa@gmail.com  
ORCID: 0000-0002-6624-4628

<sup>3</sup> Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Programa de  
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Residência AU+E/UFBA, Salvador, Bahia, Brasil.  
helianamettig@ufba.br  
ORCID: 0000-0001-9954-9076

## Resumo

A habitação de interesse social é uma necessidade para uma grande parcela da população no Brasil. Questiona-se se a viabilização das moradias por autogestão, quando os usuários participam do processo, permite a elaboração de projetos com maior qualidade. Visando o fortalecimento da dimensão pública da arquitetura, objetivou-se entender quais os desafios e potencialidades no alcance de maior qualidade e sustentabilidade urbana nos projetos estudados a partir de duas formas de atuação. A primeira, pela assessoria técnica do Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico (DF), junto à ocupação Dorothy Stang, DF, e a segunda, pela assistência técnica prestada por profissionais junto à União de Moradia-Ba para o Condomínio das Mangueiras (SSA-BA) atendendo as diretrizes do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. Utilizou-se a metodologia referente à “sustentabilidade e qualidade da forma urbana”. Como desafios, foi identificado que o Estado necessita investir em infraestrutura em ambos os casos, e há limitações no programa habitacional que interferiu no projeto avaliado. No entanto, potencialidades foram verificadas, como a opção não verticalizada do Condomínio das Mangueiras, a metodologia participativa do Grupo Periférico e, sobretudo, este projeto que se tornou um instrumento em busca por moradia digna.

**Palavras-Chave:** Habitação de interesse social, autogestão, assistência técnica, assessoria técnica, sustentabilidade.



## Abstract

Social housing is a necessity for a large part of the Brazilian population. It is questioned whether the viability of housing by self-management, when users participate in the process, allows the implementation of higher quality developments. In order to strengthen the public dimension of architecture, the objective of this work was to understand the challenges and potential for achieving higher quality and urban sustainability in two projects in their different forms of action. Firstly, the technical advice offered by the Peripheral Research and Extension Group (UnB), along with the occupation of Dorothy Stang, DF, and, secondly, the technical assistance provided by professionals to União de Moradia-Ba in Condomínio das Mangueiras (SSA-BA) to follow the guidelines of the housing program “Minha Casa Minha Vida Entidades”. The applied methodology refers to the “sustainability and quality of the urban form”. As challenges, it was identified the need for the State to invest in infrastructure in both cases, in addition to the limitations of the housing program and its interference in the evaluated project. However, potentialities were verified, such as the non-vertical option of Condomínio das Mangueiras, the participatory methodology of the Periférico Group, and above all, this project that has become an instrument in search of decent housing.

**Keywords:** Social interest housing, self-management, technical assistance, sustainability.

## Resumen

La vivienda social es una necesidad para una gran parte de la población de Brasil. Se cuestiona si la viabilidad de las viviendas por autogestión, cuando los usuarios participan en el proceso, permite el desarrollo de proyectos con mayor calidad. Con el objetivo de fortalecer la dimensión pública de la arquitectura, el objetivo fue comprender los desafíos y potencialidades para lograr una mayor calidad y sostenibilidad urbana en los proyectos estudiados a partir de dos formas de actuación. La primera, a través de la asistencia técnica del Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico (DF), junto a la ocupación Dorothy Stang, DF, y la segunda, por la asistencia técnica brindada por profesionales de la União de Moradia-Ba al Condomínio das Mangueiras (SSA-BA), cumpliendo con los lineamientos de lo Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. Se utilizó la metodología referida a “sostenibilidad y calidad de la forma urbana”. Como desafíos, se identificó que el Estado necesita invertir en infraestructura en ambos casos, y existen limitaciones en el programa de vivienda que interfirieron con el proyecto evaluado. Sin embargo, se verificaron potencialidades, como la opción no vertical de Condomínio das Mangueiras, la metodología participativa del Grupo Periférico, y sobre todo, este proyecto que se ha convertido en un instrumento en la búsqueda de una vivienda digna.

**Palabras clave:** Vivienda de interés social, autogestión, asistencia técnica, accesoria técnica, sostenibilidad.



## 1. Introdução

A produção habitacional no Brasil, historicamente, está muito vinculada à lógica capitalista que considera a moradia como uma mercadoria no mercado imobiliário. Devido a isso, uma grande parcela da população não dispõe de recursos financeiros para arcar com o valor da habitação formal (MARICATO, 2011). A habitação contempla um sentido mais amplo do que a moradia e é entendida não apenas como a unidade habitacional, mas inclui a sua inserção urbana (GORDILHO, 2013) e se enquadra como formal quando atende as legislações vigentes. Neste contexto, a habitação de interesse social (HIS) visa atender a população que possui dificuldade financeira de ter acesso a moradia digna. Esta, para ser legítima é prevista em lei, não apenas atendendo ao déficit das moradias, mas sobretudo viabilizando espacialmente as questões urbanísticas, sociais e econômicas que são necessárias para atingi-la (EMILIANO, 2017). A necessidade de habitação social para suprir o contingente de população no Brasil surge a partir de 1950, devido à industrialização com a migração dos habitantes da zona rural para a cidade em busca de melhores condições de vida e o próprio crescimento acelerado da população brasileira. No decorrer do tempo, se consolidou uma grande segregação socioespacial nas cidades, onde as áreas dotadas com infraestrutura e serviços moram as pessoas com maior poder aquisitivo e, em locais carentes destas condições, mora a população empobrecida.

Desde 1988, a Constituição Federal aborda em seus Art. 182 e 183 sobre a política urbana em prol do bem coletivo, posteriormente regulamentado pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 2001), que trata sobre a garantia às cidades sustentáveis, ao processo participativo pela população e ao direito a assistência técnica gratuita para os grupos sociais menos favorecidos. Perante o aparato legislativo, no Brasil há inúmeros avanços, porém na prática ainda não foi aplicado, efetivamente, tudo o que consta como direitos dos cidadãos (GORDILHO, 2017). A Lei Federal Nº 11.888/2008 de Assistência Técnica assegura o direito às famílias de baixa renda a assistência técnica pública e gratuita para o projeto e construção da HIS, incluindo as famílias que possuem até três salários mínimos que residem em área urbana ou rural. A Lei cita profissionais de arquitetura, urbanismo e engenharia para desenvolver projetos, acompanhamento e execução de obras de edificação ou regularização fundiária da habitação. Os serviços devem ser prestados por profissionais em diferentes formas de atuação: servidores públicos; integrantes de Organizações não governamentais (ONGs); aqueles inscritos em programas de residência acadêmica ou extensão universitária; autônomos ou pessoas jurídicas. Estas possibilidades geram diversos tipos de relações com os futuros moradores e apresentam desafios e potencialidades no alcance da qualidade dos projetos desenvolvidos.

No Brasil, a proposta da autogestão passou a ser uma reivindicação dos movimentos sociais na produção de habitação social no país, pela qual se busca a participação, a gestão e decisões para a viabilização das moradias pelos futuros moradores, por meio da organização popular (BONDUKI, 1992). Esta condição se aproxima do que Lefebvre (1968) discute como “valor de uso”, quando o produto construído tem função final de moradia para aqueles que participaram do processo, não possuindo, portanto, como finalidade imediata a obtenção de lucro, ou “valor de troca”. A participação das comunidades nos processos de desenvolvimento e realização das moradias é fundamental para a criação de vínculos e apropriação com o local em que este projeto é inserido.

Entende-se que as assessorias técnicas em arquitetura, urbanismo e engenharia prestadas por professores e estudantes vinculados às universidades elaboram projetos participativos junto às comunidades. Estas, muitas vezes atuam em lacunas onde o Estado não alcança, diferente das assistências técnicas prestadas por profissionais que atuam segundo o escopo de programas habitacionais. Para esta análise, neste artigo, destacam-se processos de projetos elaborados em contextos diferentes, no intuito de problematizá-los. Por um lado, o grupo de extensão universitária



estudado, o Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico, composto por uma equipe de profissionais e alunos que possuem uma visão multidisciplinar sobre o projeto, além de um compromisso com a participação das populações de baixa renda envolvidas por meio de metodologias participativas. Os projetos, resultado desta participação, podem se tornar um instrumento ou meio para que as comunidades possam reivindicar o direito à moradia digna. Por outro lado, a forma de atuação dos profissionais contratados por entidades organizadoras (EO), como no caso estudado, a União por Moradia Popular da Bahia (UMP-BA) que obteve financiamento do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E), foram limitados aos prazos do programa, visando atender as exigências de um escopo pré-definido que consta nas cartilhas governamentais com valores envolvidos considerados exíguos. Essas diferentes condições refletem na qualidade dos projetos? E quando construídos, também na qualidade desta execução?

Frequentemente, a participação dos beneficiários junto ao trabalho dos profissionais técnicos é associada à qualidade nos projetos de arquitetura e urbanismo. Ao destacar as iniciativas que possibilitam a autogestão na produção de habitação no Brasil pode-se questionar se permitem a participação legítima dos usuários em seus processos para viabilização das moradias (CAMARGO, 2016). Desta forma, remonta-se ao contexto das assessorias técnicas que surgiram do apoio técnico de profissionais que eram vinculados às universidades a partir de 1980 e visavam contribuir com a luta por habitação junto aos movimentos sociais sendo relacionados a projetos, de fato, participativos em relação as assistências técnicas, associadas aos programas Federais no Brasil (CARDOSO e SANTO AMORE, 2018).

Durante a elaboração do artigo, a ideia inicial era propor uma comparação entre os projetos elaborados pela assessoria e pela assistência técnica, a fim de identificar qual obtinha melhores resultados à população atendida. No entanto, como será exposto, os contextos e formas de atuação tão diferentes e complexas, possibilitou uma ampliação do olhar. A partir disto, identificou-se que, em cada forma de atuação há limites a serem superados e potencialidades a serem identificadas, sendo possível refletir sobre a relação com a qualidade dos projetos de HIS, avaliando ambos para compreender os processos, buscando fortalecer a dimensão pública da arquitetura e do urbanismo.

A partir disto, objetivou-se identificar os desafios e potencialidades de duas formas de atuação. O primeiro elaborado pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico, sob iniciativa dos moradores da ocupação Dorothy Stang, DF e o segundo, elaborado por profissionais contratados, sob iniciativa de uma entidade organizadora (EO), mediante as diretrizes de um programa habitacional do governo. Este último projeto, trata-se do Condomínio das Mangueiras, situado em Salvador, Bahia, financiado pelo PMCMV-E. Ambos os casos atuam com a dimensão pública da arquitetura, urbanismo e engenharia, buscando se aproximar da moradia digna para todos por uma habitação de interesse social de qualidade, pela perspectiva da autogestão.

Salienta-se que a produção da HIS no Brasil está mais vinculada à quantidade de unidades produzidas, do que à sua qualidade, deveria integrar a dimensão da vizinhança e, sobretudo a da cidade pois, ao construir moradias, constroem-se cidades (AMORIM et al, 2015).

Nesse sentido, optou-se por utilizar a metodologia desenvolvida por Andrade e Lemos (2015) para avaliar a qualidade de projetos, sendo diretamente vinculada à sustentabilidade, para os projetos de HIS do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), não se restringindo à este programa. Vale considerar que esta avaliação, quando elaborada de forma continuada e em uma maior abrangência de estudos de



caso, pode permitir a identificação de revisões críticas e resultados melhores, por meio de projetos aprimorados de HIS (BLUMENSCHNEIN et al, 2015).

## 2. Problemática: HIS e autogestão no Brasil

Santo Amore (2016) cita que os termos de assessoria e assistência técnica possuem no âmbito da habitação de interesse social uma “polêmica”, em que a assessoria teria um caráter mais profissional onde as famílias são efetivamente participativas e que a assistência técnica denota um caráter de assistencialismo, em que a população é vista como sujeito passivo. Segundo o autor, há um incômodo dos arquitetos paulistanos devido a sua trajetória histórica da habitação com o princípio autogestionário (CARDOSO, 2016) que aconteceu no governo de Luiza Erundina (1989-1992) em São Paulo, por meio do Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal Comunitário (FUNACOM). Baseado nas cooperativas autogestionárias do Uruguai era atrelado a um projeto político “tripartite” com uma relação de igualdade entre Estado, associações comunitárias e assessorias técnicas (CAMARGO, 2016). Apesar de estar inserido no âmbito governamental, a nomenclatura “assessoria técnica” do FUNACOM surgiu em um contexto de mobilizações de atores variados em 1980. Estava atrelado aos movimentos sociais e profissionais vinculados às faculdades que possuíam um caráter politizado frente à discussão da HIS, além das comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, ocupações de terras nas periferias e as experiências de mutirões de habitação financiadas pelas prefeituras (CAMARGO, 2016).

Cita-se como uma das primeiras experiências da participação de arquitetos junto à população a urbanização das favelas do Rio de Janeiro pelo grupo Quadra Arquitetos Associados (CARDOSO e SANTO AMORE, 2018). Alguns grupos de pesquisa e extensão que existem atualmente surgiram em 1970 e continuam atuando junto aos movimentos sociais para projetos de HIS, como, por exemplo, o Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais e Usina Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado, ambas na cidade de São Paulo (CARDOSO e SANTO AMORE, 2018). Incluem-se neste contexto, atualmente equipes técnicas independentes formadas em grupos de pesquisas de universidades que têm o objetivo de viabilizar a moradia digna a populações carentes. Gordilho (2016) cita que nas últimas décadas a atuação dos profissionais nas universidades evoluiu nos aspectos científico, técnico, profissional e artístico e também em pesquisas e extensão universitária. Segundo Andrade et al (2019) alguns grupos na pós-graduação em pesquisa e extensão vêm se destacando como os grupos de pesquisa Indisciplinar e Praxis da UFMG, o GERAH da UFRN; o Habis da USP São Carlos, o Lugar Comum e o LabHabitar da UFBA, este último com o Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade (Residência AU+E/UFBA) e o Grupo de Pesquisa e extensão Periférico, trabalho emergente da FAU-UnB.

Porém, com a criação do Estatuto da Cidade em 2001, a prestação de serviço gratuito à população de baixa renda foi intitulado como “assistência técnica” e os termos passaram a ter escala nacional (SANTO AMORE, 2016). O termo é vinculado ao contexto da década de 1970 na cidade de Porto Alegre (RS) devido à criação do programa de Assistência Técnica à Moradia Econômica (ATME) e tinha o objetivo de que arquitetos e engenheiros orientassem as obras de moradia das pessoas de menor renda (CARDOSO e LOPES, 2019). Um dos idealizadores do programa, o arquiteto e urbanista e então vereador Clóvis Ilgenfritz, aprovou um projeto de lei de assistência técnica e serviu de base para a proposta posterior do deputado federal baiano Zezéu Ribeiro (GORDILHO, 2017) aprovada como a Lei Nº 11.888/2008 que foi a primeira lei que garantia a assistência técnica de arquitetura, urbanismo e engenharia para apoio as famílias de baixa renda. Portanto, o termo assistência técnica se origina de um aparato legislativo.

Em nível federal, destacam-se três programas de habitação que estimularam a autogestão: (1) o

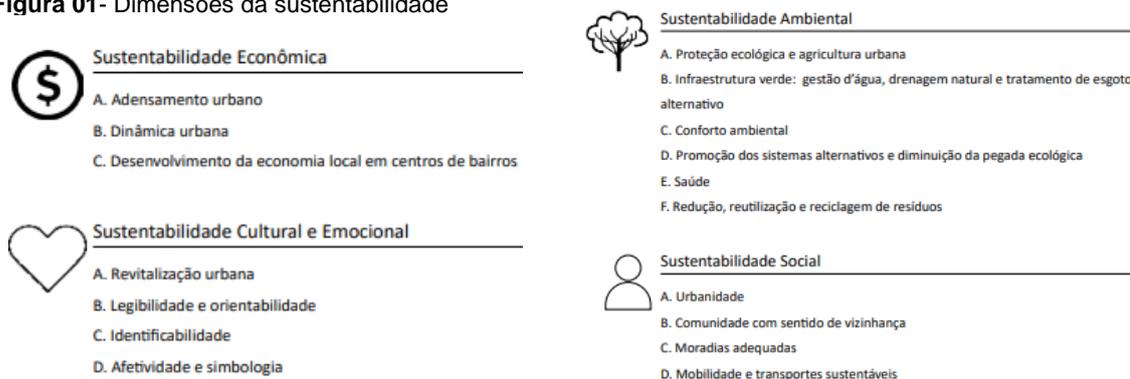
Programa Crédito Solidário (PCS) (2004), (2) a Ação de Produção Social de Moradia (2008), e (3) o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em 2009. A modalidade “entidades” (PMCMV-E) foi criada em 2009, sendo uma extensão do PMCMV, após reivindicações dos movimentos sociais com a pauta da autogestão.

### 3. Procedimentos metodológicos

A metodologia adotada “sustentabilidade e qualidade da forma urbana” (ANDRADE e LEMOS, 2015) é resultado de pesquisas no âmbito da chamada pública MCTI/CNpq/MCIDADES N° 11/2012, que pode ser aplicada a diversas realidades, embora tenha sido criada para avaliar o PMCMV. A avaliação da sustentabilidade urbana é baseada em 4 estudos visando (1) aproximar as agendas verde e marrom, (2) a mediação dos seus conflitos por meio dos princípios da sustentabilidade de Andrade (2014) que visa promover a reabilitação sustentável dos assentamentos urbanos, (3) a avaliação da forma urbana e (4) critérios de certificação de empreendimentos como Selo Azul e AQUA (ANDRADE e LEMOS, 2015).

Neste contexto, aplica-se a visão sistêmica em quatro esferas sustentáveis: ambiental, econômica, social e cultural-emocional. Esta escala urbanística expõe que a construção da HIS não se limita apenas a unidade habitacional, mas que deve fazer parte da cidade. Sendo assim, avaliam-se equipamentos públicos, mobilidade, entre outros. Na escala urbana são 17 princípios, 41 critérios, 92 indicadores e 104 verificadores organizados em 4 tabelas referentes às esferas citadas. Neste artigo não será apresentada a metodologia em sua totalidade, mas grande parte dela onde se avaliará se os princípios serão atendidos (sim), não atendidos (não) ou não são aplicados ao caso (N/A).

Figura 01- Dimensões da sustentabilidade



Fonte: Andrade e Lemos (2015)

A aplicação da metodologia ocorreu em dois estudos de caso: na ocupação Dorothy Stang (DF) e no Condomínio das Mangueiras (SSA-BA). O primeiro é objeto de estudo do Grupo Periférico, projeto elaborado por uma das autoras e que foi escolhido por ter se transformado em um objeto de luta pela regularização fundiária da comunidade após a assessoria técnica elaborada. O segundo estudo de caso, o Condomínio das Mangueiras, também é objeto de estudo de uma das autoras, que avalia a participação dos moradores durante o processo de projeto, lacuna de pesquisa que será investigada posteriormente. Salienta-se que, para o presente artigo, a aplicação da metodologia se aplica ao projeto construído por autogestão, com assistência técnica de profissional contratado. As informações sobre os estudos de caso foram obtidos a partir de dados secundários acessados em trabalhos científicos orientados pelas autoras.

#### 4. O caso da ocupação Dorothy Stang - Distrito Federal (DF)

A ocupação Dorothy Stang situada no Setor Nova Colina em Sobradinho – Distrito Federal, a 22 quilômetros do centro de Brasília é objeto de estudo e luta por resistência da comunidade junto a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília/ FAU-UnB por meio do Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico. A iniciativa surgiu da própria comunidade que solicitou o envolvimento da extensão universitária da UnB. O Grupo Periférico atua no DF e entorno e visa promover uma integração entre o conhecimento técnico ao conhecimento e vivência dos usuários, a chamada adequação sociotécnica. Tem como base a tecnologia social que, segundo Dagnino (2019), é o produto, método ou técnica que visa solucionar problemas de forma simples, com baixo custo, com uma aplicabilidade fácil e que gere um impacto social. Neste sentido o grupo mostra inovações nos processos de ensino com metodologias ativas, inclusões sociais e desenvolvimento de tecnologias sociais em projetos de arquitetura e urbanismo (ANDRADE et al, 2019).

Dois setores surgiram de forma espontânea devido à expansão de Sobradinho, são eles Nova Colina I e Nova Colina II. A ocupação Dorothy Stang, surgida em 2015, está entre estes dois setores, localizada na Região Administrativa de Sobradinho, no Setor habitacional Nova Colina, em Área de Relevante Interesse Social (ARIS) de acordo com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) no DF e está em processo de regularização fundiária (PEMAU et al, 2019).

O local é composto por 544 famílias, situadas em 12 ruas que não possui infraestrutura básica com habitações que possuem materiais provisórios (ANDRADE, 2019). Sem recursos, as famílias ocuparam o local e com o intuito de se fortalecerem formaram a Associação de Moradores, Lutadores e Apoiadores do Residencial Dorothy Stang (AMREDS) (PEMAU et al, 2019). Não há como regularizar as terras sem o projeto urbanístico, portanto existe há alguns anos a contribuição mútua solicitada pela comunidade local ao Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico.

**Figura 02-** Localização e proposta de moradias para a ocupação Dorothy Stang



Fonte: Rangel (2019)



**Figura 03-** Proposta urbanística para a ocupação Dorothy Stang



Fonte: PEMAU (2020)

O edital N° 01/2017- DEX/DPI aprovou o projeto “O Cantinho de Todos: o desenho urbano socioecológico do Dorothy Stang à mão de seus ocupantes” (PEMAU et al, 2019) e detalha as etapas do Grupo Periférico que ocorreram para avaliação do local levando em conta a análise das 4 dimensões da sustentabilidade (social, econômica, cultural-emocional e ambiental) e as etapas participativas com seus códigos geradores por meio dos padrões para facilitar o entendimento entre comunidade-profissionais. A motivação do Grupo Periférico no local ocorreu visando o direito à cidade buscando a garantia de habitações de qualidade, contendo tecnologias sustentáveis de baixo custo e levando em conta as leis e normas existentes para a área. A proposta final foi pautada em resolução de problemas como enchentes que ocorriam no local, portanto aproveitou-se o caimento natural do terreno, drenagem em cada quadra com jardins de chuvas e bacias de infiltração de baixo custo e outras soluções alternativas. Valorizou-se os pontos afetivos existentes e o adensamento foi elaborado com uso misto de serviços, com habitações e comércios voltados para as ruas de forma que contribuísse com a economia local entre outras estratégias sustentáveis. Junto a isto se destaca que o projeto elaborado se tornou um instrumento de luta e reivindicação junto Defensoria Pública do Distrito Federal e à Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB/DF), não abordada na metodologia, porém de grande relevância para a comunidade em busca da moradia digna. Abaixo seguem as tabelas

elaboradas com as informações obtidas:

**Tabela 1 - Sustentabilidade e Qualidade Da Forma Urbana - Avaliação da Sustentabilidade Ambiental**

Princípios	Critérios	Avaliação		
		Não	N/A	Sim
A. Proteção ecológica e agricultura urbana	A.1 Cumprimento da legislação ambiental			■
	A.2 Compatibilização dos zoneamentos (urbano, ambiental e balanço hídrico)			■
	A.3 Proposição e respeito à corredores ecológicos		■	
	A.4 Provimento de áreas para agricultura urbana e paisagismo Produtivo			■
B. Infraestrutura verde: gestão d'água, drenagem natural e tratamento de esgoto alternativo	B.1 Desempenho eficiente do ciclo da água no solo urbano			■
	B.2 Equilíbrio entre vazões de cheias, altas e vazões de seca			■
	B.3 Desenho urbano adequado ao terreno natural			■
	B.4 Provimento da ecoeficiência e biodiversidade			■
C. Conforto ambiental	C.1 Conforto térmico, luminoso e acústico			
D. Promoção dos sistemas alternativos de energia e diminuição da pegada ecológica	D.1 Redução do uso de energia		■	
	D.2 Aplicação de sistemas alternativos		■	
	D.3 Integração da água e energia: sistemas integrados para distribuição da energia e água		■	
E. Saúde	E.1 Vulnerabilidade ambiental			■
F. Redução, reutilização e reciclagem de Resíduos	F.1 Promoção da redução da pegada ecológica		■	
	F.2 Destinação adequada e reaproveitamento de resíduos	■		

**Tabela 2 - Sustentabilidade e Qualidade da Forma Urbana - Avaliação da Sustentabilidade Social**

Princípios	Critérios	Avaliação		
		Não	N/A	Sim
A. Urbanidade	A.1 Interação social			■
	A.2 Acessibilidade			■
	A.3 Centralidade			■
	A.4 Vigilância: olhos para ruas			■
	A.5 Operacionalidade		■	
B. Comunidade com sentido de vizinhança	B.1 Promoção do sentimento de pertencimento			■
	B.2 Inserção da comunidade no processo de planejamento do empreendimento			■
C. Moradias adequadas	C.1 Variedade de moradias com adequabilidade ao padrão das faixas socioeconômicas		■	
D. Mobilidade e transporte sustentáveis	D.1 Sistema de transporte público eficiente		■	
	D.2 Sistema Viário		■	
	D.3 Existência de estruturas propícias aos diferentes modais de mobilidade (pedestres, ciclistas e automobilistas)		■	
	D.4 Existência de estruturas inibidoras do uso de combustíveis fósseis			■

**Tabela 3 - Sustentabilidade e Qualidade Da Forma Urbana - Avaliação da Sustentabilidade Econômica**

Princípios	Critérios	Avaliação		
		Não	N/A	Sim
A. Adensamento urbano	A.1 Respeito aos gradientes de densidade crescente em direção ao centro de bairro			■
B. Dinâmica urbana	A.2 Existência de adensamento responsável			■
	B.1 Provimento de infraestruturas diversificadas			■
	B.2 Especificação de mobiliário urbano adequado			■
	B.3 Sistema de Iluminação pública eficiente	■		

	B.4 Sistema viário compatível com os materiais utilizados		
	B.5 Eficiência da rede de água, esgoto e drenagem		
	B.6 Projeto adequado para a rede de abastecimento de energia elétrica		
	B.7 Projeto adequado para a rede de gás		
C. Desenvolvimento da economia local em centros de bairros	C.1 Centralidades com mescla de funções e atividades em distâncias caminháveis		

Tabela 4 - Sustentabilidade e Qualidade da Forma Urbana – Avaliação da Sustentabilidade Cultural e Emocional

Princípios	Critérios	Avaliação		
		Não	N/A	Sim
A. Revitalização urbana	A.1 Patrimônio, paisagem e identidade			
	A.2 Proposição de economia de solo urbano			
B. Legibilidade e orientabilidade	B.1 Continuidade de caminhos			
	B.2 Conectividade entre bairro, definição de bairros heterogêneos e agrupamentos			
C. Identificabilidade	C.1 Agrupamentos com unidade e diversidade			
	C.2 Identificação de efeitos visuais observados no campo visual do percurso do pedestre			
D. Afetividade e simbologia	D. 1 Laços afetivos através da agradabilidade visual e da simbologia			

Rita de Cássia, uma das líderes à frente do movimento de regularização do Dorothy Stang, cita a importância da atuação da assessoria técnica do Periférico. Ela esclarece que “a parceria da UnB com a comunidade e o governo é importantíssima porque esse projeto é o que nos atende, foi feito por nós (...) A universidade não chega nos assentamentos dizendo como que tem que ser (...) (informação verbal<sup>1</sup>).

Após a aplicação da metodologia sobre o projeto proposto avaliaram-se as dimensões da sustentabilidade ambiental, social econômica e cultural-emocional. Verificaram-se sustentáveis, por exemplo: a “proteção ecológica e agricultura urbana” no critério referente ao “provimento de áreas para agricultura urbana e paisagismo produtivo” pois há espaços destinados para isto no projeto, “infraestrutura verde, gestão d’água, drenagem natural e tratamento de esgoto alternativo” nos critérios como o “desempenho eficiente do ciclo de água no solo urbano” e o desenho urbano adequado ao terreno natural, pois foram consideradas as curvas de nível e elaborado um desenho que considerou estes aspectos como premissa de projeto. Da mesma forma, mostrou-se sustentável a “urbanidade” referindo-se à “interação social”, pois foram projetados espaços livres que favoreciam isto, além do “adensamento responsável”, pois foram considerados os limites com até 5 pavimentos no projeto. Porém, demonstraram-se insustentáveis os critérios referentes a “mobilidade e transporte sustentáveis”, “variedades de faixas socioeconômicas”, “sistema de iluminação pública eficiente” e “eficiência de rede de água, esgoto e drenagem”, por exemplo, pois não há um sistema de transporte e serviços públicos eficientes assim como não há uma mediação por parte do Estado para que haja uma diversidade de faixas socioeconômicas no local, além de uma carência de serviços e infraestrutura oferecidos pelo Estado para a comunidade local. O projeto urbanístico se mostrou em muitos aspectos sustentável nos critérios que o avaliaram, porém o que o Estado oferece à população se demonstrou, em sua maioria, insustentável.

<sup>1</sup> CÁSSIA, Rita de depoimento em live: DIREITO À MORADIA, DIREITO À CIDADE, ATHIS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. III Fórum do Núcleo DF Metropolitano do BrCidades Eixo Temático do PDOT: Habitação e Regularização. CANALCALUNB, 25 fev 2021. 1 Vídeo (1h:34min).

## 5. O caso do Condomínio das Mangueiras, Salvador-Bahia

Em 2004, a União por Moradia Popular da Bahia (UMP-BA), movimento social que luta por moradia de interesse social desde 1999 no Estado, teve a iniciativa de buscar alternativas para viabilizar, em Salvador, BA, um projeto de HIS, que fez parte de dois programas que possibilitam a autogestão. O primeiro, o PCS, e o último, trata-se do PMCMV-E, inserido na fase 2 do programa e implementado pela UMP-BA sob este financiamento. Há muitas críticas sobre como ambos os programas federais possibilitam a autogestão para HIS no Brasil e se faz necessário esclarecer especialmente sobre o PMCMV-E. Cita-se a relação desigual entre os atores (Entidades organizadoras, assistências técnicas e Estado) na construção da política pública. Isto reflete no processo de viabilização das moradias, considerado ínfimo em termos quantitativos (TEIXEIRA, 2018), apesar de compreender a faixa econômica de até 3 salários mínimos, que carece de HIS. Portanto, neste primeiro momento serão explicadas estas relações e as críticas associadas à estas. A associação comunitária é chamada de Entidade Organizadora (EO) que possui muitas atribuições funcionando como uma empresa e a assistência técnica é uma mera prestadora de serviço, pois a CEF não a reconhece na relação contratual (TEIXEIRA, 2018). O Estado se apresenta em nível Federal como o MCidades, até 2019 quando foi extinto, e a CEF, que atua como agente operador e financeiro (CEF, 2018). Em nível municipal se apresenta por meio das prefeituras, onde fazem parte do processo pela necessidade de licenciamentos e aprovação do projeto (CAMARGO, 2016).

Diante disto, optou-se pelo estudo de caso do Condomínio das Mangueiras, que está situado no bairro Cajazeiras XI, na Avenida Aliomar Baleeiro Salvador, Ba, e possui 312 unidades habitacionais em uma área total de 47.879,45m<sup>2</sup> (MAGALHÃES, 2016). A localização do Condomínio das Mangueiras situa-se numa área de baixa concentração de edificações, com predominância de edificações residenciais de até dois pavimentos, com estado de conservação médio e possui carência em alguns sistemas de infraestrutura, embora possua saneamento básico (MAGALHÃES, 2016).

Houve dois projetos arquitetônicos, o primeiro elaborado pelo arquiteto Floriano Freaza Amoedo em seu escritório FFA Arquitetura e Urbanismo, composto por unidades individuais, sendo elaborado para atender as exigências do Programa Crédito Solidário. Porém, principalmente pelo valor pago por unidade habitacional decidiu-se fazer a migração para o PMCMV-E em 2011 (MAGALHÃES, 2016). O segundo projeto, foi elaborado pelo serviço de assistência técnica do arquiteto George Leite. O projeto contempla unidades residenciais. Para os espaços comuns do condomínio foi disponibilizado pelo programa o valor de R\$ 160.000,00 que incluía desde o projeto até a finalização da construção, um orçamento limitado que faz com que, no PMCMV-E, sejam elaborados apenas o projeto de implantação e execução das unidades habitacionais, como foi o caso deste (informação verbal)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Informações obtidas durante a defesa oral de dissertação "A norma e a forma: legislações aplicadas à inserção urbana, espaços livres e áreas de uso comum, em empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida- Faixa 1. Salvador Bahia (2009-2018)" de Débora Araújo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade federal da Bahia que ocorreu em 16 de junho de 2020.

**Figura 4:** Localização do Condomínio das Mangueiras



Fonte: Google Earth modificado pela autora (2020)

**Figura 5:** Projeto do Condomínio das Mangueiras



Fonte: Imagem elaborada por Residência AU+E/UFBA (2016)

**Figura 6:** Condomínio das Mangueiras



Fonte: UNMP (2019)

**Figura 7:** Condomínio das Mangueiras



Fonte: ARAÚJO (2020)

De acordo com as informações, seguem as tabelas elaboradas:

**Tabela 5 - Sustentabilidade e Qualidade Da Forma Urbana - Avaliação da Sustentabilidade Ambiental**

Princípios	Critérios	Avaliação		
		Não	N/A	Sim
A. Proteção ecológica e agricultura urbana	A.1 Cumprimento da legislação ambiental			■
	A.2 Compatibilização dos zoneamentos (urbano, ambiental e balanço hídrico)		■	
	A.3 Proposição e respeito à corredores ecológicos	■		
	A.4 Provimento de áreas para agricultura urbana e paisagismo produtivo	■		
B. Infraestrutura verde: gestão d'água, drenagem natural e tratamento de esgoto alternativo	B.1 Desempenho eficiente do ciclo da água no solo urbano	■		
	B.2 Equilíbrio entre vazões de cheias, altas e secas	■		
	B.3 Desenho urbano adequado ao terreno natural	■		
	B.4 Provimento da ecoeficiência e biodiversidade	■		
C. Conforto ambiental	C.1 Conforto térmico, luminoso e acústico			■
D. Promoção dos sistemas alternativos de energia e diminuição da pegada ecológica	D.1 Redução do uso de energia		■	
	D.2 Aplicação de sistemas alternativos		■	
	D.3 Integração da água e energia: sistemas integrados para distribuição da energia e água		■	
E. Saúde	E.1 Vulnerabilidade ambiental			■
F. Redução, reutilização e reciclagem de Resíduos	F.1 Promoção da redução da pegada ecológica		■	
	F.2 Destinação adequada e reaproveitamento de resíduos	■		

**Tabela 6 - Sustentabilidade e Qualidade da Forma Urbana - Avaliação da Sustentabilidade Social**

Princípios	Critérios	Avaliação		
		Não	N/A	Sim
A. Urbanidade	A.1 Interação social	■		
	A.2 Acessibilidade	■		
	A.3 Centralidade	■		
	A.4 Vigilância: olhos para ruas			■
	A.5 Operacionalidade	■		
B. Comunidade com sentido de vizinhança	B.1 Promoção do sentimento de pertencimento			■
	B.2 Inserção da comunidade no processo de planejamento do empreendimento			■
C. Moradias adequadas	C.1 Variedade de moradias com adequabilidade ao padrão das faixas socioeconômicas	■		
D. Mobilidade e transporte sustentáveis	D.1 Sistema de transporte público eficiente	■		
	D.2 Sistema Viário	■		
	D.3 Existência de estruturas propícias aos diferentes modais de mobilidade (pedestres, ciclistas e automobilistas)	■		
	D.4 Existência de estruturas inibidoras do uso de combustíveis fósseis	■		

**Tabela 7 - Sustentabilidade e Qualidade Da Forma Urbana - Avaliação da Sustentabilidade Econômica**

Princípios	Critérios	Avaliação		
		Não	N/A	Sim
A. Adensamento urbano	A.1 Respeito aos gradientes de densidade crescente em direção ao centro de bairro		■	
	A.2 Existência de adensamento responsável			■
B. Dinâmica urbana	B.1 Provimento de infraestruturas diversificadas		■	
	B.2 Especificação de mobiliário urbano adequado	■		
	B.3 Sistema de Iluminação pública eficiente			
	B.4 Sistema viário compatível com os materiais empregados		■	
	B.5 Eficiência da rede de água, esgoto e drenagem		■	
	B.6 Projeto adequado para a rede de abastecimento de energia elétrica		■	
	B.7 Projeto adequado para a rede de gás		■	
C. Desenvolvimento da economia local em centros de bairros	C.1 Centralidades com mescla de funções e atividades em distâncias caminháveis	■		

**Tabela 8 - Sustentabilidade e Qualidade da Forma Urbana – Avaliação da Sustentabilidade Cultural e Emocional**

Princípios	Critérios	Avaliação		
		Não	N/A	Sim
A. Revitalização urbana	A.1 Patrimônio, paisagem e identidade		■	
	A.2 Proposição de economia de solo urbano		■	
B. Legibilidade e orientabilidade	B.1 Continuidade de caminhos	■		
	B.2 Conectividade entre bairro, definição de bairros heterogêneos e agrupamentos	■		
C. Identificabilidade	C.1 Agrupamentos com unidade e diversidade	■		
	C.2 Identificação de efeitos visuais observados no campo visual do percurso do pedestre	■		
D. Afetividade e simbologia	D. 1 Laços afetivos através da agradabilidade visual e da simbologia			■

A liderança da UMP-BA tomou a iniciativa de procurar apoio da assessoria técnica por meio do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade (RESIDÊNCIA AU+E/UFBA) solicitando o anteprojeto para as áreas verdes e livres, pois não foram contempladas no projeto original. Utilizaram-se metodologias e técnicas participativas junto aos beneficiários visando a sustentabilidade urbana. No entanto, trâmites do programa, impediram avanços. Ressalta-se que este projeto não foi avaliado pelo método proposto, não constando nas tabelas previamente elaboradas. Marli Carrara,

**Figura 8:** Proposta para as áreas verdes e livres, elaborado no âmbito da Residência AU+E/UFBA.



Fonte: Equipe Residência AU+E/UFBA (2015-2016). TAVARES (2016) e MAGALHÃES (2016).

liderança da UMP-BA entrevistada por Araújo (2020), acompanhou todo o processo de viabilização do Condomínio das Mangueiras e expôs "A gente não teria como construir tudo isso por empreitada, e com tudo que tem aqui e o tamanho das unidades habitacionais se não fosse por autogestão (...) mas, é muito sacrifício (...)" (ARAÚJO, 2020, p.178.)

Citam-se alguns aspectos relativos à avaliação do projeto em relação a metodologia nas dimensões ambiental, social, econômica e cultural emocional. Como sustentáveis se mostraram por exemplo: a "comunidade com sentido de vizinhança", pois há a inserção da comunidade no processo de

planejamento do projeto; o “adensamento urbano responsável”, pois o projeto foi elaborado com edificações considerando o limite de até cinco pavimentos; a avaliação quanto a vulnerabilidade ambiental referente à saúde dos usuários, pois o local não apresenta materiais tóxicos, por exemplo. Em contrapartida verificaram-se insustentáveis: o princípio referente à “redução, reutilização e reciclagem de resíduos”, pois não há infraestrutura existente para a coleta seletiva assim como usina de reciclagem e compostagem, o critério sobre “interação social”, pois não havia projetos das áreas comuns que promovessem encontros sociais assim como a avaliação referente às “centralidades com mesclas de funções e atividades em distâncias caminháveis”, pois o projeto avaliado não possuía ofertas de serviços comunitários e públicos de atividades essenciais da vida urbana em distâncias que favorecessem o percurso priorizando o pedestre. O princípio como “legibilidade e orientabilidade” quando avaliado em relação ao critério referente a “continuidade de caminhos” foi avaliado também como insustentável, pois no projeto elaborado não há a integração com o tecido urbano e a existência caminhos conectados e interligados. Avaliaram-se insustentáveis muitos critérios referentes as áreas verdes e livres e de conexões entre bairros assim como nas áreas comuns do empreendimento, devido ao projeto ter sido elaborado apenas sobre as unidades habitacionais. A falta de equipamentos comunitários públicos de cultura, saúde, etc, também demonstrou uma carência sobre o que Estado proporciona à comunidade.

## 6. Considerações Finais

Após a análise dos estudos de caso e aplicada a metodologia, foi possível compreender alguns dos desafios e potencialidades de cada caso estudado. Os dois projetos avaliados apresentam uma ausência do Estado quando os critérios se relacionam a oferecer equipamentos urbanos públicos para as comunidades de baixa renda, além de, em Dorothy Stang ser bastante precário também o saneamento básico. O padrão de não haver moradias com classes sociais distintas num mesmo local foi percebido em ambos os casos. Trata-se de um desafio a ser superado e reflete uma segregação socioespacial histórica nas cidades brasileiras.

No que se refere à análise de diretrizes projetuais e inserção do projeto de HIS avalia-se como sustentável o projeto do Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico. Acredita-se que a metodologia participativa utilizada tenha contribuído para que se atingisse qualidade no projeto avaliado. Ressalta-se como maior potencialidade que este projeto, se tornou instrumento de reivindicação junto a Defensoria Pública do Distrito Federal e à Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB/DF) e será regularizada após o trabalho de atuação da assessoria técnica junto às famílias. Esta potencialidade não foi identificada na metodologia embora seja de extrema relevância, identificando-se assim uma limitação desta.

Na avaliação do projeto do Condomínio das Mangueiras em Salvador-Ba elaborado pela assistência técnica contratada pela UMP-BA identificou-se potencialidade como o projeto elaborado ser de unidades residenciais de dois pavimentos, mantendo a predominância do bairro que se insere. Porém, não foram projetados e construídos estabelecimentos comerciais e comunitários devido aos valores escassos do programa. A universidade pública por meio da Residência AU+E/UFBA posteriormente possibilitou alguns destes projetos que tinham uma proposta sustentável, mas não foi implementado mediante as condições e exigências do programa. Portanto, como desafio, identifica-se que o programa deve ser revisto para que se atinjam níveis mais altos de sustentabilidade em suas quatro dimensões. O PMCMV-E é resultado de reivindicações por parte dos movimentos sociais, portanto uma conquista no âmbito da HIS que permite a autogestão, assim como a própria viabilização do Condomínio das Mangueiras, como citou a líder comunitária Marli Carrara. Como visto a luta por moradia digna deverá continuar, para que os programas habitacionais autogestionários permitam que a assistência técnica, submetida aos seus regulamentos, possa atuar de forma ampliada, elaborando projetos que não levem em conta apenas a opção mais econômica, mas adequados aos interesses coletivos da população atendida. É relevante

também entender como ocorreram os processos participativos para a viabilização da moradia entre a UMP-BA e a assistência técnica.

A atuação dos grupos de pesquisa e extensão universitária, assim como os programas de residência acadêmica, por meio da universidade pública no Brasil têm um papel importante na formação de profissionais para atuar no campo da assessoria técnica. Estas visam a qualidade em processos participativos junto às comunidades, como citada pela própria líder comunitária Rita de Cássia. Alia a potência criativa das universidades à resistência das comunidades. É necessário que outras avaliações sejam elaboradas em estudos de casos similares e, a partir disto se elaborem revisões críticas para melhores resultados em projetos de HIS, no âmbito dos serviços dos profissionais de assessoria e assistência técnica que atuam em prol da dimensão pública da arquitetura e do urbanismo para que as cidades se tornem mais justas e democráticas.

## 7. Referências

ANDRADE, L. M. S., LEMOS, N. S. Qualidade de projeto urbanístico: sustentabilidade e qualidade da forma urbana. In: AMORIM, C. N. D. et al. **Avaliação da qualidade da habitação de interesse social: projetos arquitetônicos e urbanístico e qualidade urbanística**. Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UnB, 2015.

ANDRADE, L. M. S.; LEMOS, N. S.; LOUREIRO, V. R. T.; MONTEIRO, M. E. **Adequação Sociotécnica para projetos de urbanismo participativo do grupo de pesquisa e extensão Periférico**: Táticas urbanas como tecnologia social, dimensões da sustentabilidade, padrões espaciais e de acontecimentos e construção de cenários. In: XVIII ENANPUR, Natal, 2019.

ANDRADE, L.; LOUREIRO, V.; LENIOR, J., LEMOS, N. **Extensão e Tecnociência solidária: Periférico no DF e entorno**. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo v.26, n. 38, p. 189-234, 1 sem. 2019.

AMORIM, C.; GUINANCIO, C.; IKEDA, D.; PEIXOTO, E. **Qualidade de projeto arquitetônico**. In: AMORIM, C. N. D. et al. **Avaliação da qualidade da habitação de interesse social: projetos arquitetônicos e urbanístico e qualidade urbanística**. Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UnB, 2015.

ARAÚJO, D.M.S. **A NORMA E A FORMA**: Legislações aplicadas à inserção urbana, espaços livres e áreas de uso comum, em empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida - Faixa 1, Salvador/Bahia (2009-2018). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2020.

BLUMENSCHNEIN, R.I.; PEIXOTO, E.; GUINANCIO, C. **O desenvolvimento da metodologia de avaliação do pmcmv**. In: AMORIM, C. N. D. et al. **Avaliação da qualidade da habitação de interesse social: projetos arquitetônicos e urbanístico e qualidade urbanística**. Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UnB, 2015.

BRASIL, Governo Federal. **LEI No 10.257**, DE 10 DE JULHO DE 2001. (Estatuto da Cidade)

BRASIL, Governo Federal. **LEI No 11.888**, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008. (Assistência Técnica)

DIREITO À MORADIA, DIREITO À CIDADE, ATHIS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. III Fórum do Núcleo DF Metropolitano do BrCidades Eixo Temático do PDOT: Habitação e Regularização. CANALCALUNB, 25 fev 2021. 1 Vídeo (1h:34min) *[Live]*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gHBgeiiSVxs>. Acesso em: 15.03.2020. Participação de: Palestrantes Rita de Cassia/Binha (AMREDS -Dorothy Stang), Raphael Sebba (Gab. 24, UnB), Carolina Baima (MDR/IAB), Rodrigo Duzsinski (Defensoria Pública do DF) Mediadora: Ingrid Martins (Candanga) Relator da Reunião Livre do PDOT: Juliette Lenoir (UnB/IAB)

CAMARGO, C. M. **Minha Casa Minha Vida Entidades**: entre os direitos, as urgências e os negócios. Orientação: Cibele Saliva Rizek. 2016. 293 f. Tese (Doutorado – Programa em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.

CARDOSO, F. S.; LOPES, J. M. A. L. **Assistência e assessoria técnica**: Entre o discurso e a prática. In: XVIII ENANPUR, Natal, 2019.

CARDOSO, F. S.; SANTO AMORE, C. **Assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social no Brasil**. 2018. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/XV-Coloquio/CardosoAmore.pdf>. Acesso em: 10/12/2019.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Programa Minha Casa Minha Vida Entidades Recursos FDS** (Cartilha), 2018. Disponível em: [http://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/MANUAL\\_MCMV\\_ENTIDADES.pdf](http://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/MANUAL_MCMV_ENTIDADES.pdf) Acesso em: 17/06/19.

DAGNINO, R. **Tecnociência Solidária, um manual estratégico**. Lutas Anticapital, Marília, 2019.

EMILIANO, E. O. **As Arenas da Política Nacional de Habitação**: Notas sobre limites, diálogos e (des)articulações. 2017. Disponível em: [http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR\\_Anais/ST\\_Sesseoes\\_Tematicas/ST%205/ST%205.1/ST%205.1-02.pdf](http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sesseoes_Tematicas/ST%205/ST%205.1/ST%205.1-02.pdf). Acesso em 02/07/2020.

GORDILHO, A. S. **Moradia digna e assistência técnica**: como os estudos, pesquisas e projetos de arquitetura e urbanismo estão avançando? 2016. Disponível em: <https://enanparq2016.files.wordpress.com/2016/09/s22-00-souza-a.pdf> Acesso em: 12/07/2020.

GORDILHO, A. S. **Assistência técnica em arquitetura, urbanismo e engenharia**: avanços institucionais, 2013. Disponível em: [https://residencia-aue.ufba.br/sites/residencia.aue.ufba.br/files/artigo-\\_ags-\\_6o\\_projetar\\_-nov.2013.pdf](https://residencia-aue.ufba.br/sites/residencia.aue.ufba.br/files/artigo-_ags-_6o_projetar_-nov.2013.pdf). Acesso em: 12/12/2019.

GORDILHO, A. S. **Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia**: implantação de um programa em ensino, pesquisa e extensão na UFBA. 2017. Disponível em: [http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR\\_Anais/ST\\_Sesseoes\\_Tematicas/ST%2011/ST%2011.4/ST%2011.4-04.pdf](http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sesseoes_Tematicas/ST%2011/ST%2011.4/ST%2011.4-04.pdf). Acesso em: 10/07/2020.

LEFÈBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1968.

MAGALHÃES, B. M. **Autogestão e sustentabilidade**: proposta para as áreas livres e comunitárias do Condomínio das Mangueiras do programa Minha Casa Minha Vida Entidades, Salvador-Bahia. 2016. Orientação: Heliana Rocha. Co-Orientador: Luis Campos. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade) – Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia, 2016.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

MARTINS, L. M. **Direito à arquitetura**: inventário da produção das assessorias técnicas paulistas. Orientação: Erminia Maricato. 2019. 224 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2019.

PRÁTICA EM ESCRITÓRIO MODELO DE ARQUITETURA E URBANISMO. **Dorothy Stang**: Desenho Urbano Socioecológico Sustentável. 2020.

PRÁTICA EM ESCRITÓRIO MODELO DE ARQUITETURA E URBANISMO; ESCRITÓRIO MODELO DE ARQUITETURA E URBANISMO; GRUPO DE PESQUISA PERIFÉRICO, TRABALHOS EMERGENTES. **O cantinho de todos**: o desenho urbano socioecológico do Dorothy Stang à mão de seus ocupantes. 2019. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Brasília, 2019.

RANGEL, M.; SOARES, F.; ANDRADE, L.; LEMOS, N.; ANDRADE, S.; PEREIRA, S.; LOUREIRO, V. **Padrões morfológicos dos ecossistemas urbanos**: a dimensão da sustentabilidade ambiental da infraestrutura ecológica na ocupação Dorothy Stang. 2019. In: PNUM 8ª Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana. Maringá PR. 2019.

SANTO AMORE, C. **Assessoria e Assistência técnica**: arquitetura e comunidade na política pública de habitação de interesse social. In: UrbFavelas, 2, 2016. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

TAVARES, C. N. **Autogestão e sustentabilidade**: proposta de equipamentos comunitários para o Condomínio das Mangueiras do programa Minha Casa Minha Vida Entidades, Salvador-Bahia. 2016. Orientação: Eduardo Teixeira de Carvalho. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade) – Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia, 2016.

TEIXEIRA, C. C. **A autogestão na era das políticas neoliberais: a experiência com o programa Minha Casa, Minha Vida Entidades**. 2018. Disponível em: [http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo\\_pdfs/000/000/241/original/emetropolis32\\_art1.pdf?1522280200](http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/241/original/emetropolis32_art1.pdf?1522280200). Acesso em: 08/12/19.

UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR. **Revista da produção de habitação em autogestão**: empreendimentos da União Nacional por Moradia Popular no Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. São Paulo, 2019.

### **CAMILA PITHON RAYNAL**

Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestranda pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Especialista em Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística pela Universidade de Brasília (UnB), sócia e responsável técnica da empresa Python Raynal Consultoria e responsável legal e técnica da empresa Python Raynal Arquitetura.

**Contribuição de coautoria**: selecionar dentre as opções: fundamentação teórico-conceitual e problematização; pesquisa de dados e análise estatística; elaboração de figuras e tabelas; Fotos; elaboração e redação do texto; seleção das referências bibliográficas; revisão do texto.

### **LIZA MARIA SOUZA DE ANDRADE**

Arquiteta Urbanista formada pela UFMG, mestre e doutora pelo PPG-FAU/UnB. Líder do Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico, trabalhos emergentes e vice-líder do Grupo de Pesquisa Água e Ambiente Construído. Membro do Núcleo de Política, Ciência, Tecnologia e Sociedade NPCTS/CEAM/UnB, do BrCidades DF, do ONDAS e do CONSAB DF. Foi membro da Câmara de Extensão da UnB no período de 2016 a 2020 e Coordenadora de Extensão da FAU/UnB de 2018 a 2020. Orientadora coordenadora do EMAU/CASAS no período de 2013 a 2020.

**Contribuição de coautoria**: fundamentação teórico-conceitual e problematização; metodologia, projeto escolhido para avaliação, imagens, referências bibliográficas.

### **HELIANA FARIA METTIG ROCHA**

Arquiteta e Urbanista. Professora, mestre e doutora pela Faculdade de Arquitetura da UFBA, com pesquisa sobre convergências socioecológicas para projetos urbanos de interesse social e coletivo. Coordenadora do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade (Residência AU+E/UFBA). Vice-líder do Grupo de Pesquisa LabHabitar. Pesquisadora associada do PPGAU-UFBA e do LACAM-Tec. Membro da Câmara de Resiliência do Painel Climático de Salvador.

**Contribuição de coautoria**: Projeto escolhido para avaliação, referências bibliográficas, revisão do texto.

**Como Citar**: RAYNAL, Camila Python; ANDRADE, Liza Maria Souza de; ROCHA, Heliana Faria Mettig. Assessoria, assistência técnica e autogestão: análise da sustentabilidade urbana dos projetos Dorothy Stang (Brasília) e Condomínio das Mangueiras (Salvador). *Revista Paranoá*. n.30, jan/jun 2021. 2021, DOI: 10.18830/issn.1679-0944. n30.2021.12

**Editora responsável**: Caio Silva e Daniel Sant'Ana.